



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3 A quadragésima sexta reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no
4 auditório da SEMA, Anexo Othelo Rosa, rua Carlos Chagas, número cinqüenta e cinco,
5 décimo primeiro andar, Porto Alegre-RS, no dia dezesseis de outubro de dois mil e oito, às
6 quatorze horas e vinte cinco minutos. **Compareceram** Conselheiros: Francisco Luiz da
7 Rocha Simões Pires, SEMA (presidência); Roberto Militão, Secretaria das Obras Públicas
8 (suplente); Margareth Vasata Silva, Secretaria de Planejamento e Gestão (suplente); Israel
9 Barcelos Abreu, Secretaria da Saúde (suplente); Marta Hermínia Dias, SEDAI (suplente);
10 João Carlos Félix, Secretaria de Energia, Minas e Comunicações (suplente); Aloísio
11 Sirangelo Braun, Secretaria da Ciência e Tecnologia (suplente); André Agne Brasun,
12 Secretaria Especial para Assuntos da Casa Civil (suplente); Márley Caetano de Mendonça,
13 Sistema Nacional de Recursos Hídricos (titular); Luiz Fernando Cybis, Comitê Lago Guaíba
14 (titular); João Francisco Giuliani, Comitê Santa Maria (titular); Lúcia Schmidt, Comitê Pardo
15 (titular); Cláudio Marcelo Marques de Moraes, Comitê Baixo Jacuí (titular); Lenison Maroso,
16 Comitê Apuaê-Inhandava (titular). **Ausentes:** Eduardo Krause, Secretaria dos Transportes
17 (suplente); Tarso Isaia, Sistema Nacional de Meio Ambiente (suplente); Luciana Dalsasso,
18 Comitê Tramandaí (titular) e João Izidoro Viegas, Comitê Camaquã (suplente); Lenison
19 Maroso, Comitê Apuaê-Inhandava (titular) e Cláudia Kepper, Comitê Turvo-Santa Rosa-
20 Santo Cristo (suplente). **Ausência Justificada:** Luis Antônio de Leon Valente, Secretaria da
21 Agricultura (suplente). **Demais participantes:** Zuleika Santos, Comitê Ijuí; Daniel Schmitz,
22 Comitê Taquari-Antas; Tânia Zoppas, Comitê Caí; Fernando Bernal, Comitê Baixo Jacuí;
23 Maurício Colombo, Comitê Gravataí; Júlio Vasconcelos, Comitê Santa Maria; Vilma C. Da
24 Silva, Comitê Lago Guaíba; Jorge Dariano Gravonsh, SEHADUR; Ricardo Litwinski Süffert,
25 Comitê Caí; Ana Elizabeth Carara, SEMA; Claudia Ribeiro e Lisine Becker, Projeto Mira-
26 Serra; Sabrina Xavier, Comitê Lago Guaíba; Manoel de Souza Maia, Comitê da Lagoa Mirim
27 e Canal São Gonçalo; Kurt Strack, Comitê Baixo Jacuí; Sebastião Teixeira Corrêa, Comitê
28 Caí; José Maria F. De Lima, DRH/SEMA; Carlos Panitz, SIUMA; Dionei Delevati, Comitê
29 Pardo; Julio Salecker, Comitê Taquari-Antas; Ada Piccoli, Comitê Gravataí; Paulo Renato
30 Paim, Carmem Lucia S. Silva e Marcia Mendes, Secretaria Executiva do CRH/SEMA. O
31 Presidente Francisco Simões Pires cumprimentou os presente e deu início aos trabalhos. O
32 Secretário Executivo Paulo Paim comunicou que no dia anterior foi apresentado ao
33 Secretário Otaviano da SEMA, aos diretores do DRH e do DEFAP e a presidenta da
34 FEPAM, um projeto desenvolvido por técnicos dos três órgãos, sobre o **processo de**
35 **licenciamento ambiental único**. Afirmou que a SEMA será totalmente outra após a
36 conclusão do projeto e sua implantação. Após **Item I da pauta – Aprovação da ata da**
37 **quadragésima quinta reunião ordinária do CRH –** Paim informou que recebeu um pedido
38 de retificação da ata do Conselheiro Márley Caetano de Mendonça, representante do
39 Sistema Nacional de Recursos Hídricos na linha vinte, alterado para “titular”. Aprovada a ata
40 da quadragésima quinta reunião ordinária do CRH com a solicitação de retificação do
41 Conselheiro Marley. O presidente Simões Pires informou ter recebido pedido de inversão de
42 pauta do Conselheiro Giuliani para que o item quatro passasse para dois. O Conselheiro
43 Giuliani disse que ficaria até o final da reunião, mas não desejava correr o risco de não ter
44 quorum até ser colocado em votação. **Item IV - Prorrogação do prazo de cadastramento**
45 **na bacia hidrográfica na bacia hidrográfica do rio Santa Maria.** Paulo Paim esclareceu
46 que o assunto, conforme consta na ata de reunião anterior, por falta de quorum seria emitida
47 uma resolução Ad Referendum do Conselho, mas pelo curto espaço de tempo da reunião
48 anterior não foi publicada e informou que o DRH acolheu pragmaticamente a decisão ad
49 referendum do Conselho. O DRH deverá discutir junto com o Comitê de Bacia ajustes
50 técnicos, e como diretor do DRH, informou que este procedimento é normal e não causa
51 nenhum tipo de problema ao DRH. O Presidente Simões Pires entendeu que devará haver
52 uma Resolução para prorrogação do prazo. Aprovada a expedição da Resolução. **Item II -**
53 **Diretriz e Critério para Outorga e Licenciamento na Bacia Hidrográfica do Rio Caí –**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

54 Paulo Paim confirmou tratar-se de um processo histórico. Lembrou não haver entre outros
55 Comitês de Bacias diretrizes para licenciamento e outorga. Informou que o tema era antigo
56 no âmbito do Comitê que agora, tinha retornado junto ao processo de Enquadramento do
57 Comitê Caí. Tratava-se da possível restrição de um determinado uso da água em trechos da
58 bacia hidrográfica. Convidou o presidente Sebastião Corrêa – Comitê Caí que repassou a
59 sua vice-presidente Tânia Zoppas fazer a apresentação. Tânia Zoppas entregou aos
60 presentes uma revista elaborada dentro do Plano de Bacia do Comitê Caí e o material da
61 apresentação na reunião passada sobre o assunto. Após passou à leitura do documento. O
62 Conselheiro Giuliani perguntou se havia barragens para geração de energia elétrica no rio
63 Caí e Tânia confirmou que sim, mas a restrição seria para novos empreendimentos no
64 trecho alto. Jorge Gavronski, SEHADUR, questionou se havia previsão de novos projetos
65 para a área. Tânia afirmou que era voz corrente na região que sim. O presidente Simões
66 Pires informou que outro instrumento de gestão é o estudo de vulnerabilidade e que esta
67 metodologia vinha sendo adotada pelo Ministério do Meio Ambiente na região do rio
68 Uruguai. A Conselheira Lúcia perguntou se as diretrizes apresentadas seriam sugestões à
69 Fepam. Tânia Zoppas informou que a Fepam tinha participado do processo de
70 Enquadramento e das diretrizes. O Presidente Simões Pires disse que existiam vários
71 interesses, além do energético. Interesses federalizados se sobrepondo aos interesses
72 estaduais e municipais e propôs que o assunto fosse encaminhado às Câmaras Técnicas da
73 Região do Guaíba e de Assuntos Jurídicos para oportunizar discussão ampla sobre o tema.
74 Colocou em votação a proposta da mesa e a proposta de Resolução imediata do Comitê
75 Caí. Aprovado o encaminhamento às Câmaras Técnicas da Região do Guaíba e a de
76 Assuntos Jurídicos. **Item III Resolução nº49/08 – Ad referendum do Conselho –** O
77 Presidente Simões Pires convidou Maurício Colombo, presidente do Comitê Gravataí.
78 Maurício explicou que a proposta de regramento das retiradas de água em períodos de
79 estiagem tinha sido encaminhada à Secretaria Executiva já pela quarta vez consecutiva.
80 Explicou o procedimento dizendo que uma régua colocada no rio Gravataí na captação da
81 Companhia de Saneamento em Alvorada estabelecia todo o procedimento. Quando o nível
82 da linha de água atinge um metro é estabelecida a captação intermitente pelos irrigantes. E
83 se o nível continuar baixando e atingir meio metro é suspensa a captação dos irrigantes, até
84 voltar ao normal. A sistemática de funcionamento é a Companhia de Abastecimento –
85 CORSAN avisa a secretaria executiva do Comitê, que comunica o DRH que emite a ordem
86 que deve começar o sistema de rodízio da captação. Esta comunicação é feita por e-mail
87 para todos os integrantes do Comitê Gravataí, Defesa Civil, sitio da SEMA, veículos de
88 imprensa de Gravataí, Cachoeirinha e Viamão. Paim fez a leitura da resolução. O
89 Conselheiro Marley disse que uma resolução como essa determina o papel importante do
90 Comitê e gostaria de louvar o trabalho, mas questionou o mecanismo de divulgação adotado
91 pelo Comitê e sugeriu que fosse através do Diário Oficial do Estado, para que ninguém diga
92 que não foi comunicado. Achou que não estava esclarecido sobre a retomada do
93 bombeamento após a pausa de que forma seria a comunicação. Sugeriu um parágrafo a
94 mais. O Conselheiro Marley Mendonça ainda questionou sobre os reflexos do
95 descumprimento do acordo. O Presidente Simões Pires sugeriu então que acrescentasse ao
96 artigo quinto “*sem prejuízo de notificação pela SEMA*”. A seguir, colocou o texto básico em
97 votação – Aprovado. Após a nova redação do artigo quinto – Aprovada. **Item V –**
98 **Federalização do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim e**
99 **do Canal São Gonçalo** - Paim lembrou que a expressão “federalização do Comitê” na
100 pauta é inadequada do ponto de vista formal. Manoel Maia, Presidente do Comitê Mirim –
101 São Gonçalo cumprimentou a todos e informou que seu comitê é jovem tem apenas dois
102 anos e levou doze para ser formado. Lembrou que os principais cursos de água que
103 possuem como a lagoa Mirim, o canal São Gonçalo, e o rio Jaguarão, são estruturas bi-
104 nacionais. O comitê foi criado como os outros comitês gaúchos. A síntese de sua
105 reivindicação é que o Comitê se torne federal. Confirmou que já havia entrado com
106 representantes dos Ministérios, da Integração Nacional e das Relações Exteriores quando



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

107 das reuniões da Comissão da Lagoa Mirim. No entanto, entendia que precisava do aval do
108 Estado. Justificou que noventa por cento dos problemas discutidos no Comitê são das
109 citadas águas federais. E lembrou a gravidade do fato de que as conclusões chegadas nas
110 reuniões não são válidas porque talvez o Comitê não tem ingerência sobre as águas de
111 domínio da União. Lembrou que existem projetos maiores de navegação na Lagoa Mirim e
112 construção de uma ponte no canal São Gonçalo sem que a sociedade possa intervir.
113 Solicitou que o plenário aprovasse uma Moção a ser encaminhada à SRHU do MMA. Paim
114 disse que o comitê gaúcho Mirim-São Gonçalo foi criado a luz da Resolução vinte e nove do
115 CNRH, que chancelou a proposta de que a lógica de organização social do Estado fosse
116 uma espécie de comissão provisória para criação do futuro comitê federal que esse é de
117 competência da União. Lembrou que existem três no Estado o Mirim, Quarai e o Negro. O
118 Conselheiro Márley Mendonça explicou que o processo de criação de um comitê federal
119 obedece a resolução número cinco do CNRH, e não exige a aprovação formal do Conselho
120 Estadual de Recursos Hídricos, mas o apoio seria conveniente. Explicou que a proposta é
121 entregue no CNRH que envia à Agência Nacional de Águas para emissão de parecer e volta
122 ao CNRH para aprovação e após, para decreto do presidente da república. Existem outras
123 exigências como a mobilização na bacia, apoio dos prefeitos e recursos para o apoio técnico
124 da ANA aos comitês, que depende de orçamento. Manoel Maia informou que o Comitê
125 Mirim - São Gonçalo já atendeu a todas as exigências que o Conselheiro Márley apontou e o
126 Comitê conta com todas as presenças vivas da região e encaminhou novamente o pedido
127 de uma Moção que deflagre a constituição do Comitê Federal. O Presidente Simões Pires
128 colocou em votação a emissão da Moção. Aprovada. **Item V** - Assuntos Gerais – Tânia
129 Zoppas solicitou que fossem suspensas as outorgas e os licenciamentos até o parecer das
130 CT's no plenário sobre a deliberação do Caí. O Presidente Simões Pires disse ser restritivo
131 e acordou o encaminhamento de ofício ao DRH e FEPAM para que tenham cautela.
132 Maurício Colombo relatou e convidou a todos sobre o Encontro Nacional de Comitês de
133 Bacias que acontecerá de dez a quinze de novembro, na cidade do Rio de Janeiro terá
134 como tema fortalecimento dez anos. Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente
135 Francisco Luiz da Rocha Simões Pires encerrou a reunião e eu, Paulo Renato Paim,
136 Secretário Executivo do Conselho de Recursos Hídricos, lavro esta ata.